

Senado vota hoje lei salarial da Câmara

Por um descuido das lideranças dos partidos governistas, a Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a íntegra do projeto de lei 5.340/90, que estabelece uma nova política nacional de salários. O projeto foi imediatamente encaminhado ao Senado Federal, obrigando a seis sessões consecutivas, realizadas em pouco mais de quatro horas, para que se chegasse a um acordo e se marcasse para segunda-feira a votação da matéria. Os senadores porém, devem permanecer em Brasília durante o fim de semana para cumprir uma formalidade do regimento e realizarem, na tarde de hoje, uma sessão ordinária. Ainda que aprovada no Senado, a política salarial proposta pelos líderes da Câmara dos Deputados deverá ser vetada pela Presidência da República.

A expectativa dos parlamentares quanto à apreciação da proposta é que seja emendada pelos partidos que dão sustentação ao Governo no Senado. O Governo não admite a indexação e todas as propostas discutidas como alternativa, por parte da oposição, não abriam mão dessa idéia. O

líder do Governo, deputado Renan Calheiros, chegou a acenar com um abono salarial para os trabalhadores, mas como iniciativa do Poder Executivo, chegando a admitir uma inflação crescente. "Não estou aqui para apoiar um arrocho salarial", disse Calheiros, candidato do PRN ao governo do Estado de Alagoas.

O projeto de política salarial de autoria do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS) e outros nove líderes — inclusive dos partidos governistas — foi objeto de mais de um mês de discussões com os representantes do Governo, que ameaçou e cumpriu sua ameaça de enviar, às vésperas do encerramento dos trabalhos legislativos, a Medida Provisória 193, dispondo sobre reposição de perdas salariais e que, quando convém, é considerada como uma proposta de política salarial. Na Câmara, a proposta dos líderes foi aprovada ressaltando-se as emendas apresentadas na sessão de quinta-feira passada. Na manhã de ontem, os autores dessas emendas as retiraram, deixando apenas uma proposta dos líderes

do PFL, Ricardo Fiúza, do PTB, Gastone Righi; e do PL, Afif Domingos. Fiúza não apareceu no plenário, Gastone viajou cedo para São Paulo e Afif, dizendo que não admitia ser usado "para massa de manobra", retirou por conta própria a proposta. O projeto estava aprovado.

No Senado, depois de prolongadas discussões que abordavam desde obstruções à votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso Nacional até a utilização do velho recurso de decurso de prazo, o mais novo objeto de pressão dos partidos oposicionistas: nada mais é senão impedir a aprovação de sete créditos suplementares solicitados pelo Governo. Entre outros itens, esses recursos são destinados às eleições de outubro, recuperação da malha rodoviária e merenda escolar, habilmente utilizados para sensibilizar os parlamentares num momento de campanha eleitoral. Perdeu-se, no entanto, uma chance de apresentar um requerimento de urgência para sua votação, ainda na tarde de ontem.